

---

**PSICOLOGIA SOCIAL DE ADORNO: RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA DO MUNDO ADMINISTRADO**

*PSICOLOGÍA SOCIAL DE ADORNO: RESISTENCIA A LA VIOLENCIA DEL MUNDO ADMINISTRADO*

*ADORNO'S SOCIAL PSYCHOLOGY: RESISTANCE TO VIOLENCE IN THE ADMINISTERED WORLD*

**Pedro Fernando Silva**

*Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil*

---

**RESUMO**

O objetivo deste ensaio é analisar o potencial político da psicologia social de Theodor W. Adorno; refletir sobre sua capacidade de opor resistência à violência típica do mundo administrado, cuja dimensão psíquica regressiva, semelhante à que serviu de sustentação para a instauração do horror nazifascista, nos impulsiona a investigar os atuais mecanismos psicossociais de dominação responsáveis pela integração dos indivíduos regredidos a condições de existência manifestamente contrárias à preservação racional da vida. O método adotado para esta análise consiste na ênfase no objeto desta psicologia social – desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos – e na atualização de seu modelo de crítica. Conclui-se que a continuidade dos mecanismos de integração psicossocial responsáveis pela interceptação do processo de individuação repete a violência totalitária: a aniquilação do indivíduo autônomo. Diante dessa tendência histórica funesta, a psicologia social de Adorno impõe-se como práxis: convertendo-se em resistência à barbárie.

**Palavras-chave:** teoria crítica; psicologia social; violência; integração social.

**RESUMEN**

El propósito de este ensayo es analizar el potencial político de la psicología social de Theodor W. Adorno; reflexionar sobre su capacidad de oponer resistencia a la violencia típica del mundo administrado, cuya dimensión psíquica regresiva, similar a la que sirvió de apoyo a la creación del horror nazifascista, nos impulsa a investigar los actuales mecanismos psicossociales de dominación responsables por la integración de los individuos regredidos a condiciones de existencia manifestamente contrarias a la preservación racional de la vida. El método adoptado para este análisis consiste en el énfasis en el objeto de esta psicología social - desindividualizados átomos sociales pospsicológicos - y en la actualización de su modelo de crítica. Se concluyó que la continuidad de los mecanismos de integración psicossocial responsables por la interceptación del proceso de individuación repite la violencia totalitaria: la aniquilación del individuo autónomo. Delante de esa tendencia histórica lúgubre, la psicología social de Adorno se impone como praxis: convirtiéndose en resistencia a la barbarie.

**Palabras-clave:** teoría crítica; psicología social; violencia; integración social.

**ABSTRACT**

The objective of this paper is to analyze the political potential of Theodor W. Adorno's social psychology, i.e., its capacity to resist in the face of the typical violence of the administered world. The current psychosocial mechanisms of domination, responsible for the integration of the regressed individuals to conditions of existence clearly contrary to the rational preservation of life, are to be understood in this paper. The adopted method for this analysis consists of the emphasis on the subject of this social psychology – post-psychological de-individualized social atoms – and on the update of its critique model. It is concluded that the continuity of the mechanisms of psychosocial integration responsible for the interception of the process of individuation replicates the totalitarian violence: the annihilation of the autonomous individual. Before this tragic historical tendency, Adorno's social psychology imposes itself as praxis: it converts itself into resistance to the barbarousness.

**Keywords:** critical theory; social psychology; violence; social integration.

---

## **Integração e resistência às pressões do mundo administrado**

A constatação de que o objeto outrora investigado por meio da psicologia social proposta por Theodor W. Adorno (1955/1986) permanece atual permite considerar que os conceitos originalmente responsáveis pelo embate da Teoria Crítica com o fascismo ainda conservam seu potencial de crítica às condições hodiernas da barbárie. A continuidade histórica de mecanismos sociais de dominação engendrados, ou em muitos casos apenas intensificados, pelos totalitarismos nazista e fascista revela a capacidade desses mecanismos de assumirem novas e mais sofisticadas formas de funcionamento. A institucionalização da barbárie, diabolicamente aperfeiçoada pelos regimes brutalmente contrários à preservação da humanidade, os quais assombraram a humanidade na primeira metade do século XX, criou as bases espirituais para que a racionalidade técnico-administrativa desenvolvesse sua inclinação regressiva, ou seja, a irracionalidade de seus fins calcados no princípio da dominação, e se infiltrasse nas instituições sociais democráticas. A destruição da individualidade já posta em processo pelo capitalismo monopolista, intensificada ao extremo pelo nazifascismo, foi aprimorada com o auxílio da racionalidade instrumental; atualmente, com a consumação da sociedade administrada, dotada de um amplo aparato de controle técnico-burocrático dos mais diversos aspectos da vida. Tal racionalidade apresenta-se imbricada nas instituições sociais formalmente democráticas, que não se preocupam com dissimulá-la. As novas condições de opressão, contudo, não mais são caracterizadas pela política explicitamente totalitária, mas sim por uma administração eficiente dos diversos âmbitos da existência (Adorno, 1953/2004), a qual, inclusive, atinge também os modos de satisfação das necessidades materiais e espirituais, e de reação aos sofrimentos impostos.

Frente ao desenvolvimento dessas novas formas de dominação, torna-se novamente necessário perguntar sobre a potencialidade da ciência psicológica para o esclarecimento e a crítica à deterioração da subjetividade. Por ter sido formulada devido à ascensão do fascismo, a psicologia social proposta por Adorno<sup>1</sup> (1955/1986) destaca-se como uma alternativa para a análise e o enfrentamento da continuidade dessas tendências regressivas na atualidade. Não obstante sua notória pertinência para o esclarecimento desse fenômeno, cabe sublinhar que o recurso a essa disciplina para o confronto com os dispositivos sociais que hoje impedem a autonomia requer a apropriação crítica de seus elementos conceituais, os quais articulam conceitos psicológicos,

em geral formulados por meio da apreciação crítica do modo como a psicanálise freudiana incorporou a determinação social no psiquismo individual, com uma teoria crítica da sociedade. Nesse sentido, a perspectiva de Adorno (1955/1986) representa a exigência de que o esclarecimento recupere sua capacidade de autorreflexão e se revigore pela referência ao objeto. Ele confrontou a divisão técnica do trabalho científico, indicando-nos a árdua e necessária tarefa de articulação entre as áreas do saber intrincadas na complexa configuração dos processos psicossociais.

Para fins da discussão proposta neste ensaio, serão delimitados dois aspectos da relação entre psicologia e sociologia que expressam a potencialidade da psicologia social para esclarecer e resistir à violência inerente à estrutura social vigente nos países de administração democrática da sociedade industrial contemporânea: a integração e a resistência às pressões adaptativas impostas pelo mundo administrado. Atualmente, na sociedade capitalista hegemônica, a integração do indivíduo aos padrões socialmente estipulados equivale à integração do particular à totalidade social objetiva, que progride intrincando-se no psiquismo individual dos homens: “la administración no se le impone sólo desde fuera al ser humano supuestamente productivo. La administración se multiplica en él mismo” (Adorno, 1960/2004b, p. 128). Frente a este processo, voltar-se para a relação entre psicologia e sociologia equivale a considerar criticamente a contradição entre indivíduo e sociedade, permitindo destacar a violenta injunção dos aparatos sociais sobre a debilitada existência individual. O fortalecimento da tendência à integração manifesta-se, de um lado, como elemento intrínseco às perspectivas de investigação do psiquismo caracterizadas pelo sincretismo criticado por Adorno (1955/1986); e, de outro, na forma como os processos psíquicos atinentes à pseudoindividação se apresentam na dimensão material do objeto estudado. Conforme as ponderações de Adorno a respeito da precária condição psíquica e material dos indivíduos sob o totalitarismo, a partir da qual indicou as consequências destrutivas do enfraquecimento da consciência, pode-se supor que, também na desgastada versão atual da democracia formal, o impacto psicológico provocado pela exposição contínua dos indivíduos impotentes à força descomunal da sociedade administrada provoca semelhante deterioração da subjetividade e, conseqüentemente, o comprometimento de qualquer intento de realização da democracia. Decorrente da cisão objetiva entre indivíduo e sociedade, a debilidade do ego deve ser compreendida como uma condição imposta pela realidade; de modo que as categorias científicas para estudá-la emergem da vida social concreta, que é

essencialmente histórica: marcada por rupturas, mas também pela continuidade de tendências centrais para a definição da condição humana, como são a adesão irrefletida dos indivíduos a massas mobilizadas por objetivos explicitamente irracionais e a adoção de perspectivas pseudorracionais caracterizadas por um misto de racionalidade tecnológica e de reações emocionais não elaboradas, por vezes próprias do desespero de quem busca a autoconservação a todo custo.

Incomodado com o avanço da regressão psíquica, mas ciente da impossibilidade de transformar a ordem social coercitiva, diretamente ligada ao ajustamento da estrutura psíquica ao funcionamento do sistema político-econômico totalitário, Adorno (1951/1993) voltou-se para o sujeito, não como afirmação idealista de sua existência abstrata, mas sim com vistas ao esclarecimento dos mecanismos de aniquilação da subjetividade e de suas consequências para a vida em sociedade. Ele foi preciso em suas reflexões a respeito dos prejuízos humanos ocasionados pela degradação da individualidade e ao indicar as subsequentes consequências da impossibilidade da autodeterminação para a efetivação da democracia. Em consequência da força devastadora da estrutura social opressiva, as possibilidades de desenvolvimento da autonomia individual, essenciais à constituição do sujeito histórico, se tornam cada vez mais escassas, favorecendo o cego movimento da sociedade rumo à aniquilação do indivíduo. Consequentemente, também declinou a possibilidade de os indivíduos fazerem uso autônomo da razão em prol da produção de condições de existência favoráveis à universalização da vida digna em oposição ao princípio da dominação cega. Todavia, em seu giro para o sujeito, para além da mera constatação positivista do declínio do indivíduo, a crítica de Adorno também representou resistência frente a essa ordem social; não negligenciou a possibilidade da negação. Reconheceu que, além das marcas indelévels da barbárie, também há, sob a forma de negação determinada, a esperança de libertação:

em face da concórdia totalitária que apregoa imediatamente como sentido a eliminação da diferença, é possível que, temporariamente, até mesmo algo da força social de libertação tenha-se retirado para a esfera individual. Nela a teoria crítica se demora e isso não apenas com má consciência. (Adorno, 1951/1993, p. 10)

A partir da análise dos processos psíquicos que serviram de esteio para a aceitação da ideologia totalitária, Adorno (1955/1986) constatou a necessidade de confrontar conceitos da metapsicologia freudiana com a crítica materialista da sociedade. De

acordo com ele, a nova configuração da personalidade traz incrustados os sedimentos da experiência social que provocam a debilitação do ego, enfraquecendo funções como a percepção da realidade e a mediação dos conflitos entre as exigências adaptativas e as pulsões inconscientes. Por meio da submissão pulsional ao controle externo, delinea-se uma espécie de superego externo, no qual, segundo ele, a dinâmica psíquica se ajusta e concede sustentação à organização social: a sociedade tornou-se mais permissiva aos conteúdos pulsionais que favorecem sua primazia sobre o indivíduo:

La brutalidad de lo exterior, la igualadora sociedad total, detiene la diferenciación y se aprovecha del núcleo primitivo del inconsciente. Ambas concuerdan en la aniquilación de la instancia mediadora; los triunfales impulsos arcaicos, la victoria del ello sobre el yo, armonizan con el triunfo de la sociedad sobre el individuo. (Adorno, 1955/1986, p. 74)

Como efeito das exigências sociais de adaptação, a reconfiguração do psiquismo individual – debilidade do ego, superego externalizado e crescente manipulação social do núcleo primitivo do inconsciente – acentuou o caráter irracional das tendências sociais atreladas à dominação, passando a haver necessidade de se aprimorar a análise desses aspectos psicológicos ainda pouco explorados pela crítica da sociedade. Com a distinção concedida à psicanálise, precisamente por ser a única teoria psicológica capaz de investigar adequadamente as condições subjetivas da irracionalidade social objetiva, Adorno (1955/1986) concedeu a esta perspectiva da psicologia social uma orientação psicanalítica (Crochik, 2008). Assumiu a psicanálise como um elemento constitutivo, mas não restringiu os objetivos nem o objeto de sua psicologia a ela, tampouco aceitou seu repertório conceitual sem críticas; ao contrário, os conceitos freudianos acerca do funcionamento mental foram remetidos à materialidade da vida social contraditória e pensados à luz das transformações históricas. A análise da ascensão do fascismo permitiu a ele contrapor-se a muitas explicações psicanalíticas fundamentadas na referência a uma individualidade abstrata, dissociada da sociedade. Entretanto, foram as categorias da psicanálise freudiana que fundamentaram sua crítica aos equívocos da psicologia social corrente a respeito da manipulação das massas, que, segundo algumas dessas concepções, seriam completamente passivas. Como decorrência desse equívoco poder-se-ia supor que as massas seriam formadas por vítimas passivas diante da manipulação exercida pela propaganda fascista, ao passo que Adorno reconheceu a complementaridade entre a manipulação exercida

pelos líderes e a impostura dos que se deixavam submeter em troca de gratificações substitutivas.

### **A psicologia social de Adorno: uma nova disciplina para um novo objeto**

Mobilizado pela necessidade de explicar e combater o fascismo, Adorno (1955/1986) desenvolveu uma análise cuidadosa das implicações da cisão entre indivíduo e sociedade para o estudo da relação entre psicologia e sociologia, do qual extraiu elementos para a proposição de uma nova disciplina: uma psicologia social analiticamente orientada. As bases dessa psicologia e a delimitação de seu objeto foram desenvolvidas por ele, principalmente, no ensaio *Acerca de la relación entre sociología y psicología* (1955/1986), mas também em outros textos teóricos como *La revisión del psicoanálisis* (1952/1966) e em pesquisas empíricas como *La personalidad autoritaria* (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson, & Sanford, 1950/1965). Nesta última, inclusive, as categorias dessa psicologia foram utilizadas para investigar as possibilidades de adesão ao fascismo entre os indivíduos norte-americanos pesquisados no período posterior à Segunda Guerra Mundial. O risco de proliferação do *individuo potencialmente fascista*, susceptível à propaganda antidemocrática, foi desvelado por meio de um amplo conjunto de técnicas de investigação empírica capazes de confrontar os indícios de autoritarismo averiguados com as condições regressivas predominantes nas relações sociais e disseminadas na cultura.

Não obstante o valor interpretativo dessas obras, não é demasiado destacar que, por melhor que tenham sido as análises elaboradas por Adorno, se não as confrontarmos com as manifestações atuais do objeto investigado, atentando para as novas articulações que ele suscita, esse pensamento crítico também sucumbirá à cristalização. É preciso direcionar o potencial crítico da análise para o objeto tal como hoje se expressa materialmente; sua continuidade histórica não representa identidade absoluta com sua forma precedente. A despeito da continuidade possível, deve-se sempre primar pela constatação da possibilidade de mudança. A crítica dialética propiciada por essa perspectiva requer que se acompanhe a contradição e as mudanças do fenômeno, portanto, cada nova recorrência à teoria deve atualizar os aspectos objetivos por ela analisados. Quanto à relação com os conteúdos específicos daquelas análises, a atenção deve ser redobrada, pois nem os procedimentos de análise são meramente reaplicáveis, segundo a lógica da racionalidade técnica, a realidades distintas

daquela que circundava os fenômenos originalmente investigados, nem tampouco as conclusões já validadas são passíveis de transposição para contextos e épocas distintos sem que haja necessidade de reflexões acuradas a respeito das especificidades temporais e de contexto atinentes à nova incidência do fenômeno. As referências ao texto, à epistemologia que ele comporta e às interpretações sugeridas não podem ser atualizadas senão por meio da confrontação com a configuração atual do objeto investigado. Em termos do que se impõe como objeto da psicologia social, destaca-se a atualidade dos processos de massificação e a regressão dos indivíduos a desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos<sup>2</sup>, cujo esclarecimento dependeria da consciência a respeito dos processos psíquicos e sociais implicados em sua integração aos padrões de conduta e aos modos de funcionamento estipulados pela sociedade administrada<sup>3</sup>. A condição desse objeto expressa a aniquilação da individualidade em prol do bom funcionamento do sistema opressivo. A violência empregada para sua efetivação decorre da própria estrutura da sociedade, que a exerce de modo cada vez mais explícito, mas não menos destrutivo.

Nesse sentido, considerando a asseveração de Adorno (1955/1986) de que a relação contraditória entre psicologia e sociologia não apenas constitui um problema epistemológico, mas sim, antes de tudo, um problema objetivo, determinado pela cisão real entre indivíduo e sociedade, podem-se destacar estas duas condições contrapostas, a integração e a resistência, como reações dos indivíduos às condições sociais concretas de sua existência. Por isso, a análise desses aspectos é mais do que mera averiguação de um fato; permite elevar o conhecimento teórico a uma forma de práxis, configurando-o como posicionamento político diante da realidade contraditória. Essa qualidade dialética da análise crítica também favorece a explicitação de outras mediações das contradições objetivas, como o impacto provocado pela totalidade social na constituição da psicologia como ciência; quando se torna independente da dimensão objetiva da vida social, converte-se em teoria tradicional (Horkheimer, 1937/1983) e assume o papel de ideologia. Nesse sentido, atento ao movimento do objeto de investigação da psicologia – o processo de ascensão e declínio do indivíduo –, Adorno criticou tanto o anacronismo da psicanálise quanto a regressão presente na interdisciplinaridade.

A respeito de sua proposta de uma psicologia social, destaca-se a importância da apreciação crítica das relações entre teoria e investigação empírica, e entre teoria e práxis. A utilização de técnicas de investigação empírica na pesquisa sobre a



personalidade autoritária, além de revelar o potencial de intervenção da própria pesquisa, também revelou o valor crítico da referência às condições materiais de existência. Tomada como objeto de investigação, a personalidade autoritária foi analisada como um núcleo psicossocial composto por conteúdos sociais integrados na personalidade individual. A partir deste recurso, pode-se compreender que esta, bem como outras configurações subjetivas típicas das sociedades manifestamente totalitárias e das pseudodemocráticas, se caracterizam pela interiorização dos determinantes sociais na dinâmica psíquica individual, formando um sedimento “natural”.

A relação entre teoria e práxis remete à primazia do objeto e é central para a delimitação do potencial negativo da psicologia social. Ao estabelecer suas bases, Adorno (1955/1986), além da crítica ao caráter adaptativo de determinadas perspectivas interdisciplinares, também submeteu sua própria formulação teórica à avaliação das possibilidades, a ela atinentes, de crítica ou de resignação à realidade estabelecida. Não apenas analisou a prática cega em que recaem as investidas psicoterapêuticas, que frequentemente ignoraram a cisão entre indivíduo e sociedade com vistas a obter êxito no processo de cura, como também atribuiu à psicologia social por ele vislumbrada a incumbência de esclarecer as razões devido às quais a humanidade recaiu em novas formas de barbárie, contrariando interesses racionais como o da autoconservação. As respostas para as indagações de Adorno a respeito dos efeitos produzidos pela cooptação dos indivíduos, dentre os quais se observa o encarceramento de suas possibilidades de singularização na rígida estrutura psíquica individual, ecoam na atualidade, evidenciando a importância hodierna desses processos; fenômenos comuns nos movimentos de massa típicos da era fascista, como o narcisismo coletivizado e a adoção irrefletida de objetivos francamente irracionais, tornaram-se frequentes na sociedade administrada. A função realizada pelo narcisismo em situações de sacrifício da consciência – sustentação de uma falsa imagem de força do ego, em realidade debilitado – é explorada ao extremo pela indústria cultural, de modo que a integração tornou-se condição para a funcionalidade dos homens e da sociedade. É em razão da necessidade concreta de ajustamento às condições objetivas que o ego fica constantemente exposto ao teste de sua capacidade de gerir conflitos; é testado em sua capacidade de fortalecer-se ante a ameaça de debilitação. A pergunta que, segundo Adorno, é essencial à definição do objeto da psicologia social, evidencia, já em sua enunciação, a conversão da debilidade individual em padrão:

Si los procesos de integración, según parece, se limitan a debilitar el yo hasta un valor límite, o si, como en el pasado, los procesos de integración pueden seguir fortaleciendo, o hacerlo de forma renovada, al yo, es una cuestión que hasta el momento no se ha planteado con la suficiente precisión. De esta cuestión debería hacerse cargo una psicología social que penetre en el núcleo social de la psicología, que no le añada un miserable suplemento de conceptos sociológicos; y la podría resolver teniendo en cuenta a los sujetos. (Adorno, 1966/2004a, p. 85)

A debilitação do ego, decorrente da cooptação das forças físicas e espirituais pelos dispositivos político-econômicos hegemônicos, compreende diferentes níveis de adaptação. O ajustamento ao funcionamento econômico da sociedade depende, conforme a análise de Adorno (1955/1986), da intensa pressão exercida pela totalidade social sobre o psiquismo individual. O medo de ser excluído das condições de existência produzidas pela civilização, mesclado com o medo primitivo de ser fisicamente aniquilado pelas forças superiores, constitui um poderoso mediador do comportamento. Sua expressão superficial, como comportamento econômico racional, decorre da internalização contínua da ameaça social, profundamente arraigada no psiquismo: “la angustia ante la expulsión, la sanción social del comportamiento económico, se há internalizado y precipitado en el individuo desde hace mucho tiempo con otros tabúes. Se há convertido historicamente en segunda naturaleza” (p. 40). A deterioração da consciência e o subsequente empobrecimento da vida psíquica atestam o poder coercitivo do ajustamento: a ameaça social internalizada, o medo, converte-se em um poderoso motivador psíquico para o ajustamento ao *modus operandi* do mundo administrado.

O atual estado de contradição em que se encontram o indivíduo impotente, encerrado na cadeia monadológica, e a sociedade coercitiva, alienada dos seres que a produziram, apesar de sua configuração aparentar algo perene e, portanto, natural, não corresponde senão a condições históricas determinadas. Essa condição excessivamente regressiva em relação ao estado de pacificação no qual já se poderia viver constitui-se como um estado falso, naturalizado pela ideologia vigente como condição a-histórica. Mas, apesar de a cristalização que a representa já ter invadido sua estrutura vital, entretanto o processo histórico, ela ainda está sujeita às transformações processadas de acordo com o avanço ou a contenção do potencial repressivo. Quanto a isso, Adorno (1955/1986) argumentou que apesar de serem precárias as motivações presentes no estágio atual da civilização, e muito imprecisas as especulações quanto

ao tempo necessário para efetivação de transformações significativas na esfera da superestrutura cultural, há a possibilidade de os indivíduos superarem a cisão que hoje os acomete. De todo modo, é importante reconhecer que esse processo somente se consumaria mediante a superação da cisão objetivamente constituída na relação que os indivíduos mantêm com a sociedade; ou seja, dependeria da superação da sociedade opressiva. A possibilidade de transformação histórica remete à supressão das necessidades e à realização da felicidade universais, mas obviamente converter-se-ia em ideologia caso sua própria formulação já não fosse negação determinada. Portanto, é como um ato de resistência que a imagem da transcendência histórica é assinalada na crítica das condições existentes. A irracionalidade da sociedade estruturada sob o princípio da dominação está introjetada pelos indivíduos como força repressiva, reguladora da dinâmica pulsional e mediadora da adaptação às condições de sobrevivência material e psíquica. Se ainda é possível vislumbrar uma sociedade em que as necessidades individuais possam ser livremente expressadas, é apenas por meio da percepção dos fatores que impedem sua realização que tal imagem não se converterá em força ideológica. É preciso negar a falsa síntese que antecipa o gozo relativo ao estado de reconciliação, pois é ela que, por meio da falsificação da realidade, cria uma confortável e resignada sensação de reconciliação com a totalidade ainda opressiva.

Dentre os mecanismos de ajustamento social que mais afetam a consciência da cisão entre indivíduo e sociedade, obliterando-a, aqueles centrados na manipulação psicológica se destacam por sua eficiência. Tanto no âmbito da experiência, por meio do favorecimento da expressão dos comportamentos irracionais, quanto no campo da cognição, como conhecimento a respeito das disposições mentais, a psicologia caracteriza-se pela contradição de conservar-se como espaço de expressão da dimensão subjetiva numa sociedade em que as pessoas estão espoliadas de sua subjetividade. A invasão da esfera subjetiva por elementos sociais internalizados torna-se o modo-padrão de constituição psíquica; de modo que até mesmo o mal-estar decorrente da deterioração da intimidade adquire função psíquica adaptativa. A aparência de algo inevitável assumida por este núcleo internalizado de conteúdos propriamente sociais é tão sólida que se torna dispensável sua ocultação à consciência geral. Uma parte significativa desse conteúdo se revela à consciência imediata, e sua percepção parcial se converte em motivo de conformismo; favorece o desenvolvimento de comportamentos e atitudes bem ajustados àquilo mesmo que está na base do mal-estar. Logo, é por

meio da manipulação das necessidades psicológicas que a sociedade totalitária obtém a adesão das pessoas, as quais frequentemente se encontram coagidas a autoconservarem-se de maneira indiscriminada, diante de processos contrários às suas necessidades vitais. Tanto a produção das necessidades falsas quanto a sua satisfação substitutiva são expressões de uma tecnologia de controle que compreende a servidão voluntária. Os indivíduos privados de subjetividade agem como sujeitos de sua própria dominação. Nesse sentido, a integração efetuada no âmbito da experiência concreta converte-se em motivação objetiva para a aceitação tácita da justificativa ideológica segundo a qual a conduta naturalmente adequada às condições de existência é a que mais minuciosamente se adapta às condições postuladas pelo princípio da dominação.

Reconhecido o arraigamento da integração na esfera psicológica, bem como os nexos que mantêm com os processos que lhes opõem resistência, torna-se relevante considerar o significado político que a adoção da psicologia social representa frente às condições sociais atuais. Ao desvelar os processos de sustentação subjetiva da irracionalidade produzida nas relações materiais de produção e seus derivados culturais, essa perspectiva teórica permite confrontar essas condições de um modo muito consistente, pois atinge diretamente o núcleo do problema: a deterioração da individualidade. Com isso, a psicologia social revela-se crítica negativa da realidade estabelecida, realizando-se como práxis; por meio deste empenho, ela efetiva o potencial interventivo do pensamento, comumente negligenciado pelo pragmatismo cego, e cumpre a função que, segundo Adorno, sempre deveria ser realizada pelo pensamento esclarecido: “pensar é um agir, a teoria é uma forma de práxis; somente a ideologia da pureza do pensamento mistifica este ponto” (1969/1995, p. 204). Com a delimitação dos processos de integração psíquica por meio dos quais a autonomia individual é tolhida, em geral, devido à força neutralizadora da dominação social sedimentada no psiquismo, as possibilidades de resistência dos indivíduos, propiciadas pela reflexão crítica desencadeada por esta concepção de psicologia social, passam a contrastar com a pressão externa e interna que os impele para a adaptação. Frente a essa situação, a proposição de Adorno (1955/1986) de que cabe à psicologia social avaliar os efeitos do processo de integração, sobretudo tendo em consideração os sujeitos, permite formular a hipótese de que, somente quando preservada a autoconsciência crítica, como uma condição indispensável do sujeito, é possível compor formas efetivas de resistência ao processo de integração. De modo similar, as possibilidades de entendimento e transformação dessa realidade devem

ser submetidas ao mesmo critério conceitual: ter em consideração o sujeito. No caso da ciência que se propõe a interpretar a realidade para poder transformá-la, esse critério implica poder viabilizar a percepção das limitações que cerceiam a autonomia. É necessário reconhecer que, antes de tudo, o sujeito é também objeto, e, por essa razão, é passível das mesmas determinações que dão forma ao entendimento que utiliza para conhecer a realidade. Esse reconhecimento depende do controle consciente das projeções que precipita sobre o objeto com risco de ofuscá-lo. Se o desespero, que comumente invade e direciona a conduta dos indivíduos, também determinar o percurso da ciência que se propõe a compreendê-lo, o sujeito, imbuído por suas necessidades de defesa, também tenderá a regredir e não mais terá condições de lançar luz sobre o objeto, convertendo-se em arrimo da ideologia.

A tarefa delegada por Adorno à psicologia social corresponde à realização do esclarecimento, sobretudo ao movimento imprescindível que ele ainda deve realizar, por meio do esforço para recobrar a consciência de si, para superar a última parcela de natureza não superada, ainda preponderante na determinação de sua finalidade: a dominação. A partir da percepção de sua própria limitação, cabe ao esclarecimento superar as limitações objetivas que se tornaram insuportáveis aos indivíduos, impulsionando-os à ativação dos mecanismos de defesa que lhes servem tanto de proteção quanto de cárcere. A psicologia pode contribuir para esse processo, pois se dedica ao estudo de aspectos que estão na base da produção do saber; dedica-se à compreensão da fragilidade do indivíduo frente à natureza e à sociedade. Nesse sentido, na medida em que se empenha na tarefa de desvelar os processos subjetivos implicados na sustentação da irracionalidade social objetiva, a psicologia social analiticamente orientada, formulada por Adorno, mostra-se capaz de realizar a práxis potencial da teoria; ao não subsumir na visão do objeto e nem se deixar encantar pela falsa reconciliação, ela cria as condições para que, por meio da razão e da consciência, a resistência possa ser afirmada como uma possibilidade efetiva.

Tendo a primazia do objeto como critério, Adorno constatou que, frente à racionalização da vida privada e ao alto grau de integração já instituído, parte significativa da conduta dos indivíduos, sobretudo no que se refere ao cumprimento das determinações sociais destinadas à sobrevivência econômica, não mais expressa particularidades psicológicas, mas antes reflete de forma direta a racionalidade instrumental do sistema. Os comportamentos bem adaptados à

lógica de funcionamento do sistema produtivo se apresentam demasiadamente padronizados para que sejam objetos da psicologia em sentido clássico. Sua especificidade requer um esforço crítico que vá além da ciência especializada e articule não somente o conhecimento acumulado, mas o desejo de libertação. Nesse sentido, pode-se dizer que Adorno sugeriu a articulação da psicologia com uma teoria da sociedade, principalmente porque, apesar da psicologia corresponder a uma dimensão fundamental para o entendimento do processo regressivo, as ciências sociais não poderiam ser descartadas, pois concentram a primazia na explicação dos fenômenos e tendências sociais. Ambas as formas de conhecimento são imprescindíveis ao esclarecimento, mas cabe à psicologia social a tarefa de, sem desconsiderar a delimitação dos campos específicos de cada ciência, produzir uma articulação que permita o entendimento aprofundado da função social da psicodinâmica do indivíduo regredido.

Como estabelecido na análise da tipologia investigada na pesquisa sobre a personalidade autoritária, em cuja explanação Adorno e colaboradores (1950/1965) argumentaram que os procedimentos de pesquisa, bem como as categorias explicativas e os instrumentos de coleta de dados, deveriam prioritariamente considerar as expressões subjetivas a partir de sua forma reificada – tal como expressadas pelos indivíduos efetivamente reduzidos à condição de tipos –, também os aspectos estereotipados da conduta dos indivíduos subjugados a padrões de comportamento que lhes retiram a individualidade devem ser explicitados a partir de sua configuração danificada, e não por meio da atribuição arbitrária de uma individualidade artificial, pois o comportamento dos indivíduos não mais possui particularidade na vida objetiva. Portanto, é somente por meio da referência a seu objeto, sem negligenciar a distorção que o caracteriza, que a psicologia social pode abranger a padronização preponderante na sociedade. Todavia, devido à solidificação cultural dos comportamentos condicionados, cabe à psicologia social analisar as mediações intrapsíquicas que sustentam esse processo; logo, não se pode deixar de considerar que, a despeito do tipo de adaptação requerida como parte do processo de reprodução subjetiva da racionalidade tecnológica, a mediação social interiorizada pelos indivíduos compreende a mobilização e a manipulação do aparelho psíquico de modo peculiar. Pode-se dizer que a pesquisa sobre a personalidade autoritária representou uma importante realização dos fundamentos epistemológicos dessa psicologia social. Além da abordagem singular do objeto delimitado por essa psicologia e da utilização de um conjunto variado



de recursos metodológicos de acordo com a primazia do objeto, essa pesquisa também interferiu na esfera da vida prática. Em sua própria estruturação, como conhecimento crítico acerca do sujeito potencialmente fascista, ampliou a reflexão a respeito das condições que servem de sustentação ao fascismo, possibilitando vislumbrar formas esclarecidas para negá-lo.

Considerando que as categorias psicanalíticas não poderiam ser simplesmente justapostas à compreensão sociológica, Adorno empenhou-se em articulá-las com o devido rigor epistemológico que tal tarefa requer; com isso, evitou os erros já cometidos anteriormente por outras concepções que recaíram no sincretismo conceitual ou na indiferenciação de objeto. Portanto, para além da apropriação da teoria freudiana, que foi efetuada mediante a análise crítica da materialidade histórica de seu objeto de estudo – o que já implica sua articulação com a teoria da sociedade –, Adorno também se deteve na análise de algumas tentativas malogradas de reconciliação da psicologia com a sociologia. Dentre as perspectivas que julgou relevantes, a teoria de Talcott Parsons foi criticada por pretender solucionar a contradição entre as dimensões psíquica e social por meio do ajustamento metodológico; e o revisionismo neofreudiano em razão do entendimento de que a ciência genuína deveria considerar o dinamismo existente entre os fatores sociais e os componentes psicológicos correspondentes ao processo vital em sua totalidade, e não, como requer a ortodoxia psicanalítica, se restringir à dinâmica pulsional do indivíduo isolado. Parsons foi criticado por promover a integração em âmbito conceitual, criando recursos metodológicos que visam à harmonização do que está cindido na realidade; adotando uma perspectiva revisionista, por incorrer na sociologização da psicanálise, substituindo a teoria dinâmica das pulsões por uma superficial psicologia do ego, cujas expressões interagiriam diretamente com o meio ambiente. A crítica de Adorno a Parsons também atinge a mesma realidade objetiva que Parsons pretendeu abarcar com sua conceituação conciliatória. Com isso, a formulação teórica da integração pode ser analisada a partir de seu entrelaçamento com a dimensão prática. A relação entre teoria e práxis que pode ser depreendida da perspectiva teórica de Parsons tem raízes no âmbito da experiência; e mesmo que ele não tenha pretendido, o objeto – a relação contraditória entre indivíduo e sociedade – é submetido a categorias politicamente mediadas, gerando efeitos nefastos para a práxis. Ao forçar a enformação da realidade empírica em conceitos híbridos, a teoria sincrética de Parsons contribui para dois tipos de integração: uma conceitual, na qual indivíduo e sociedade aparecem como imediatamente correspondentes; e outra, objetiva, que favorece a identidade contraditória desse

mesmo indivíduo com a sociedade que o oprime. Ao criticar essa perspectiva, Adorno não somente reafirma a premissa de que a crítica do conhecimento é, em si mesma, também crítica da sociedade, mas reafirma princípios políticos contrários à dominação. Nesses termos, sua psicologia social efetiva o princípio distintivo da Teoria Crítica: concretiza-se como práxis. Portanto, segundo a análise de Adorno (1955/1986), tanto a indiferenciação de objetos, e a subsequente integração de conceitos proposta para abarcá-la, quanto a acomodação à divisão do trabalho científico, segundo os moldes da alienação reinante, resultam em distorções ideológicas. Diferenciando-se de ambas as tendências, Adorno indica a necessidade de se criticar a cisão objetiva, efetuada na realidade material, sem, contudo, sucumbir a ela; nem no âmbito da experiência existencial, nem no âmbito do conhecimento, pois tanto de uma forma como de outra são desativadas quaisquer possibilidades de resistência aos mecanismos de manutenção da ordem estabelecida:

La separación de sociedad y psique es falsa conciencia; eterniza categorialmente la escisión entre el sujeto viviente y la objetividad que gobierna los sujetos pero proviene, sin embargo, de ellos. Pero a esta falsa conciencia no le puede retirar, por decreto metodológico, el suelo que pisa. Los hombres no consiguen reconocerse a sí mismos en la sociedad, ni ésta tampoco en ellos, porque se encuentran alienados entre ellos y frente al todo. (Adorno, 1955/1986, p. 38)

O processo de alienação sob cuja determinação indivíduo e sociedade não se reconhecem entre si é facilmente trasladado do campo da existência concreta, no qual se consuma como uma forma de opressão incomensurável sobre as expressões da individualidade, para o campo do entendimento científico, que pretende categorizar essa realidade concreta segundo as premissas do sistema ao qual está ajustado. Ponderadas as mediações aqui discutidas, pode-se concluir que é a cisão objetiva que engendra tanto o objeto de estudo da psicologia quanto os recursos cognoscitivos por meio dos quais ela se estrutura como campo do saber. A expressão da cisão entre indivíduo e sociedade conforme reproduzida pelas representações da psicologia e da sociologia é ao mesmo tempo falsa e verdadeira. Configurada como falsa consciência, prolonga indefinidamente a separação entre os sujeitos viventes e a objetividade que os governa, convertendo-se em meio de naturalização do estado de barbárie em que a humanidade se encontra e, conseqüentemente, legitimando a dominação arraigada na cultura burguesa. Sua falsidade, portanto, corresponde ao hiper-realismo da ideologia totalitária: oblitera a percepção de que esse estado já poderia ter sido superado. Por outro lado, a verdade que é expressa por essa reprodução conceitual



da cisão objetiva, como é notória na forma de divisão do trabalho científico, permite entrever na sua distorção a distorção da própria realidade que não é superável por meio de instrumentos conceituais:

La falsa conciencia tiene, al mismo tiempo, razón; la vida interior y la exterior están desgarradas entre ellas. Sólo merced a la determinación de la diferencia, no mediante conceptos ampliados, se expresa adecuadamente su relación. La verdad del todo descansa en la unilateralidad, no en la síntesis pluralista. (Adorno, 1955/1986, p. 39)

As possibilidades de integração ou de resistência contidas nessa contradição da realidade também são reproduzidas na esfera do conhecimento que pretende compreendê-la. A crítica de Adorno à síntese pluralista apresenta indicativos importantes para o entendimento de que a integração promovida na esfera dos conceitos mantém estreita relação com o conformismo. A possibilidade de desenvolver conhecimento crítico, com potencial para fomentar resistências aos mecanismos de integração, não está isoladamente nem na psicologia nem na sociologia, pois não se trata de uma intervenção possível a partir da lógica do sujeito tal como ocorre com a apreensão isolada dessas disciplinas já tolhidas pela divisão técnica da ciência a que estão restritas, mas está presente na iluminação do objeto. Esta outra perspectiva, por sua vez, requer que se possa romper, do interior de cada uma dessas disciplinas, os limites nelas cristalizados em decorrência de seu ajustamento social, bem como remeter o objeto particular por elas investigado à totalidade que o constitui. Portanto, a articulação entre teoria da sociedade e psicologia deve conservar a consciência a respeito das limitações objetivas que constituem cada uma dessas disciplinas de acordo com a ordenação atual do campo científico, mas, ainda assim, permitir a superação, por vias da referência ao objeto, de alguns desses limites em pontos de contato específicos. A psicologia social proposta por Adorno já é o resultado da articulação entre psicologia e sociologia, mas por se inserir no campo das ciências parcelares e, com isso, se voltar para o indivíduo, não poderá, enquanto expressão do conhecimento científico, concentrar todo conhecimento a respeito da sociedade e de seus processos sem recorrer, em pontos específicos de contato e de contradição, à tradição crítica de autores que analisaram a sociedade (Crochík, 2008).

### **A título de conclusão: a atualidade dos desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos**

As mudanças sociais do indivíduo concreto, objeto por excelência da psicologia, não apenas

tornaram obsoletas algumas das categorias da psicanálise – que, segundo Horkheimer (1968/1976), representou uma das mais consequentes e respeitadas formas de consideração do indivíduo constituído sob a égide da cultura que agora entra em declínio –, mas produziram alterações significativas em sua dinâmica pulsional, constituindo novos processos psíquicos que resultaram na generalização da pseudoindividualidade. Para que se possa considerar se a psicologia social proposta por Adorno ainda é pertinente para a compreensão dos processos psíquicos subjacentes aos inúmeros fenômenos que transcorrem na atualidade, é preciso repetir o mesmo movimento realizado por ele em direção ao objeto. É a ruptura ou a continuidade históricas de aspectos estruturais da configuração subjetiva que podem nos auxiliar na decisão a respeito de sua atualidade: somente mediante evidências históricas, as boas análises podem ser superadas; somente a modificação substancial das tendências psicossociais analisadas pelos frankfurtianos em meados do século XX poderia destituir a validade desse modelo de análise e crítica da desfiguração psíquica do indivíduo formado sob a determinação da sociedade totalitária. Elementos ligados à dimensão subjetiva implicada na heteronomia reinante sob as condições de existência determinadas pelo capitalismo tardio de cunho industrial e tecnológico, como a debilitada capacidade de mediação exercida pelo ego e a fruição socialmente determinada e controlada, aparentemente descontrolada e livre, da dinâmica pulsional, podem indicar o quanto as teses de Adorno ainda conservam sua atualidade. A sociedade administrada é caracterizada por relações sociais hierarquizadas, nas quais o contentamento resignado com uma felicidade ilusória mantém os homens submissos ao sistema que os oprime material e espiritualmente; a diluição da individualidade na massa é parte do espírito da época:

La psicología no es ninguna reserva de lo particular resguardado de lo general. Cuanto más crecen los antagonismos sociales, tanto más evidentemente pierde el concepto individualista y liberal de punta a cabo de la misma psicología. El mundo preburgués no conocía aún la psicología; el totalmente socializado no la conoce ya. (Adorno, 1955/1986, p. 73)

Quando desenvolveu sua análise, em meados da década de 1950, Adorno constatou que as necessidades que sempre estiveram mediadas socialmente tornaram-se externas aos indivíduos. Desde então, com o acentuado declínio das possibilidades de intervenção autônoma na realidade social e o aperfeiçoamento técnico dos mecanismos de adaptação às condições de existência, proliferaram formas de regressão cada vez mais perfeitamente integradas à manutenção do *status quo* subjacente ao sistema de acumulação financeira

vigente. Mesmo que a violência explícita não tenha se manifestado em algumas etapas desse processo, sua ameaça – que foi brutal durante os anos da guerra fria; latente durante o período de estabelecimento da hegemonia do capitalismo neoliberal; e, hoje, novamente explícita no modo de expressão do poderio político-econômico dos países mais ricos, como os EUA, que espalharam a destruição em nome da manutenção da ordem e controle do medo – está cada vez mais presente nas relações sociais premidas pelo poderio econômico. O medo, expressado sob todas as suas formas, mais do que nunca medeia a adaptação dos indivíduos ao modo de funcionamento da sociedade. Quer sob a forma higiênica com que a civilização, bem acomodada aos princípios do capital, inviabiliza o acesso aos bens econômicos básicos à sobrevivência, quer sob a forma da ameaça física, cuja gênese imemorial conserva a lembrança de que a ameaça de aniquilação física foi a mais primitiva motivação para a angústia, a moderna organização social conserva-se revestida por uma tênue camada de verniz civilizatório que obscurece a clara percepção da barbárie progressiva. No âmbito da vida privada, a sobrevivência exige perfeição quanto à realização do comportamento econômico racional. A ameaça inerente à existência sob esta forma de organização social constitui uma forma perversa de violência que se expressa por meio da racionalidade técnico-administrativa da sociedade (Adorno, 1953/2004c). Com o desenvolvimento das tecnologias de automação e o subsequente declínio da necessidade de trabalho humano, o fenômeno já previsto desde Marx, o desemprego estrutural, acentua o medo de ficar completamente excluído da vida social. Segundo Adorno (1955/1986), ao não se empenharem no ajustamento às exigências estipuladas pelas regras econômicas, o indivíduo torna-se vulnerável à vingança social que impiedosamente o empurra para a marginalidade, que tem se tornado a forma mais concreta da ameaça. Sem acesso ao mundo do trabalho, condenado a ficar à margem da produção e do consumo, a vulnerabilidade do indivíduo é inflada a dimensões insuportáveis. O medo e a regressão tornam-se cada vez mais presentes em esferas da cultura antes já desencantadas. Voltam a florescer o fanatismo religioso e movimentos de massas cuja irracionalidade visível de seus membros os converte em suportes subjetivos para o exercício do poder político e econômico. A subjetividade assim dessubjetivada impulsiona a formação daquele tipo de pseudoindivíduo que Adorno descreveu como sendo carente de ego e de id, existente como pobre reflexo da dominação externa: “Oportunos son aquellos tipos que no tienen un yo ni actúan de manera propiamente inconsciente, sino que reproducen el rasgo objetivo a manera de reflejo” (Adorno, 1955/1986, p. 74).

A expressão utilizada por Adorno (1951/2006) em sua análise dos processos psicodinâmicos subjacentes à propaganda fascista – desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos – antecipou com precisão a minuciosa análise que, alguns anos depois, fez da regressão psíquica que deu sustentação à funesta eficiência da propaganda fascista. A coletividade referida pela propaganda fascista indicava uma massa composta por um tipo de indivíduo que era a pura expressão da sociedade totalitária, realização plena da determinação social: sem um eu devidamente delimitado e com um superego externalizado, expressão nítida do empobrecimento psicológico:

Assim, a psicologia do indivíduo perdeu o que Hegel teria chamado sua substância. É talvez o maior mérito do livro de Freud o fato de que, apesar de ter se restringido ao campo da psicologia individual e sabiamente se absteve de introduzir fatores sociológicos desde fora, alcançou não obstante o momento decisivo onde a psicologia renuncia a seu poder. O empobrecimento psicológico do sujeito que se entregou ao objeto o qual substituiu seu componente mais importante, isto é, o superego, antecipa quase que com clarividência os desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos que formam as coletividades fascistas. (Adorno, 1951/2006, p. 188)

Hoje, mais uma vez, basta voltar-se para o sujeito para constatar a vida danificada. A experiência negada ao indivíduo, que seria fundamental para sua formação como sujeito autônomo, ainda é somente vivida como a experiência do horror sob cuja opressão os seres regridem a formas pseudoindividuais. Essa condição preponderante no mundo moderno já é suficiente para revelar a continuidade daqueles fatores psíquicos e sociais que impulsionaram Adorno a formular sua proposta de uma psicologia social crítica; portanto, a validade adquirida por essa psicologia na explicitação da regressão da consciência durante o auge dos totalitarismos ainda é perfeitamente apropriada ao estudo do atual estado de configuração do objeto, consistindo numa forma de resistência à aniquilação da subjetividade que o mundo administrado insiste em promover.

A força hodierna de tendências psicossociais totalitárias, provenientes do nazifascismo e imbuídas de seu espírito destrutivo, é um importante indicativo do comprometimento da racionalidade adotada pela administração social da vida cotidiana em relação ao princípio da dominação; violência subterrânea à aparência democrática. O aparato técnico-burocrático que garante a funcionalidade das instituições sociais na sociedade administrada nutre-se da incapacidade dos indivíduos se valerem de seu próprio entendimento para avaliar a aceitabilidade das

condições de existência a que estão submetidos; por menos dignas que sejam tais condições, sua aceitação sem resistências notáveis as faz parecer naturais. Sem que haja um efetivo processo de formação cultural, que favoreça o desenvolvimento suficiente das instâncias psíquicas, os homens tornam-se menos diferenciados e mais suscetíveis à determinação social, muitas vezes, reproduzindo-as sem nenhuma reflexão. Com isso, a violência intrincada na estrutura social volta-se contra o indivíduo debilitado, interceptando sua capacidade de agir autonomamente diante da totalidade social opressiva. Na hora atual, mesmo que haja a afirmação formal dos princípios da democracia, nota-se que sua realização efetiva, que pressuporia a participação de sujeitos esclarecidos, fica fortemente prejudicada; no interior da totalidade social, os inúmeros operadores do sistema sucumbem à racionalidade engendrada pelo princípio da dominação, permeada por interesses que tendem a conservar a ordem social injusta. Racionalidade administrativa e manipulação de necessidades psíquicas geradas pelo próprio modo de existência combinam-se como uma poderosa força que se sobrepõe aos interesses individuais de autoconservação; com isso, a violência própria do mundo administrado, que aniquila a autonomia individual em prol da funcionalidade do sistema totalitário, solidifica-se na dimensão psíquica, como expressão da adaptação bem sucedida. A incapacidade de perceber adequadamente os ardis do aparato técnico administrativo da realidade circundante e a necessidade de autoconservação intensificada pela ameaça constante tornam os homens ainda mais vulneráveis à sedução da barbárie; os homens comumente participam de sua própria opressão, agindo, como bem notou Adorno (1955/1986), de modo contrário aos seus interesses racionais. Diante do progresso tácito da barbárie, a tarefa da psicologia social é esclarecer as mediações exercidas pela sociedade na constituição da subjetividade, pois, assim, poderá produzir fissuras na estrutura que liga a totalidade social à existência particular dos indivíduos, possibilitando o desenvolvimento da consciência. É somente a consciência esclarecida que poderá desmistificar a contraditória autonomia da totalidade social opressiva em relação aos particulares que a constituem, obtida por meio do empobrecimento da individualidade. Ao denunciar esse sacrifício da consciência e apontar para o potencial de autonomia que é negado pela ordem social vigente, a psicologia social proposta por Adorno se efetiva como práxis necessária diante da continuidade histórica, literal ou metamorfoseada, do processo de regressão do indivíduo. É apenas como consumação da violência histórica que os homens se convertem em desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos;

é somente como expressão máxima do esmagamento da individualidade que a singularidade humana se dissolve na funcionalidade social: a resistência a ela somente é possível mediante a consciência a respeito de seu alcance destrutivo; a ciência que chama para si tal tarefa efetiva-se como práxis. Na medida em que tais processos regressivos mantêm-se como esteio da dominação social e, sob nosso olhar passivo, ampliam seu poder de mediação, a tarefa dessa psicologia social também se amplia e se revela urgente.

### Notas

- <sup>1</sup> A defesa da psicologia social por Adorno diz respeito a um novo objeto surgido no fascismo desenvolvido no século passado” (Crochík, 2008, p. 298).
- <sup>2</sup> Expressão utilizada por Adorno (1951/2006) em sua análise da propaganda fascista para se referir às pessoas que, em decorrência de um intenso processo de regressão, desenvolvem uma estrutura psíquica bastante distinta daquela apresentada pelo indivíduo freudiano, apresentando ego debilitado, superego extrojetado e id empobrecido.
- <sup>3</sup> A este respeito, a delimitação do objeto da psicologia social formulada por Crochík (2008, p. 304) é precisa: “Em síntese, para Adorno, a psicologia social deve ter como objeto os comportamentos, sentimentos e pensamentos restringidos e contraditórios que expressam um ego frágil, pouco desenvolvido e facilmente cooptado por um sistema totalitário”.

### Referências

- Adorno, T. W. (1966). La revisión del psicoanálisis. In T. W. Adorno & M. Horkheimer (Orgs.), *Sociológica* (pp. 101-117). Madrid: Taurus. (Originalmente publicado em 1952)
- Adorno, T. W. (1986). Acerca de la relación entre sociología y psicología. In H. Jensen (Org.), *Teoría crítica del sujeto* (pp. 36-83). Buenos Aires: Siglo XXI. (Originalmente publicado em 1955)
- Adorno, T. W. (1993). *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática. (Originalmente publicado em 1951)
- Adorno, T. W. (1995). Notas marginais sobre teoria e práxis (M. H. Ruschel, Trad.). In T. W. Adorno, *Palavras e sinais: modelos críticos 2* (pp. 202-229). Petrópolis, RJ: Vozes. (Originalmente publicado em 1969)
- Adorno, T. W. (2004a). Postscriptum – Sobre la relación entre sociología y psicología. In T. W. Adorno, *Escritos sociológicos I – Obra completa*, 8 (pp. 79-85). Madrid: Akal. (Originalmente publicado em 1966)
- Adorno, T. W. (2004b). Cultura y administración. In T. W. Adorno, *Escritos sociológicos I – Obra completa*, 8 (pp. 114-136). Madrid: Akal. (Originalmente publicado em 1960)
- Adorno, T. W. (2004c). Individuo y organización. In T. W. Adorno, *Escritos sociológicos I – Obra completa*, 8 (pp. 412-426). Madrid: Akal. (Originalmente publicado em 1953)
- Adorno, T. W. (2006). A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, 7, 164-189. (Originalmente publicado em 1951)

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1965). *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Proyección. (Originalmente publicado em 1950)
- Crochík, J. L. (2008). T. W. Adorno e a psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 287-296.
- Horkheimer, M. (1976). El psicoanálisis desde el punto de vista de la sociología. In M. Horkheimer, *Sociedad en transición: estudios de filosofía social* (pp. 187-198). Barcelona: Península. (Originalmente publicado em 1968)
- Horkheimer, M. (1983). Teoria tradicional e teoria crítica. In W. Benjamin, M. Horkheimer, J. Habermas, & T. W. Adorno, *Textos escolhidos* (pp. 117-154). São Paulo: Abril Cultural. (Originalmente publicado em 1937)

### **Agradecimento**

À FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Processo: 2010/20900-8.

Submissão em: 01/11/2012

Revisão em: 12/06/2013

Aceite em: 30/09/2013

*Pedro Fernando da Silva* é psicólogo pela Universidade de Mogi das Cruzes – UMC, São Paulo. Mestre e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Atualmente é Professor Doutor do Instituto de Psicologia da USP. Endereço: Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo. Av. Prof. Mello Moraes, 1721. Cidade Universitária. São Paulo/SP, Brasil. CEP 05508-030.

E-mail: [pedrofernando.silva@usp.br](mailto:pedrofernando.silva@usp.br)